

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL

CANDIDATURA À PREFEITURA DE ITU – 2016

MONICA CRISTINA SEIXAS BONFIM - Prefeita
ANTÔNIO MARCOS ZENARO – Vice

SÍNTESE E DIRETRIZES GERAIS DO
PROGRAMA DE GOVERNO

Introdução

Manifesto: A Itu da Gente

Itu não é só a cidade dos exageros e o berço da República.

Itu é cidade de gente que trabalha, gente que estuda, gente que não vive só de passado.

Itu não é só da especulação imobiliária e dos condomínios, onde viver custa cada vez mais caro e sorrir é cada vez mais raro.

Lugar com tanta gente sem casa, e tanta casa sem gente.

Itu é bem mais que uma cidade que tem “selo verde”, mas que não tem água pras pessoas.

A cidade é bem mais que propaganda.

Somos mais que barões, regentes, coronéis e sobrenomes;

Somos mais do que grandes festas pontuais na “terra do amanhã” ou na terra do ontem.

Somos o cotidiano da juventude e da terceira idade que se encontra nas praças.

Somos a urgência. Somos a massa. Somos o Hoje.

Somos muito mais do que tudo isso.

Porque somos muitos! E estamos unidos!

Tamo junto para fazer com que a cidade seja nossa.

Daqueles que sonham e suam.

Cantam e compõem essa cidade com poesia.

Somos aqueles que defendem que transporte não é mercadoria, mas um direito de todos.

Aqueles que desejam uma cidade integrada, verdadeiramente sustentável com menos fumaça e mais ciclovias.

Somos idosos, jovens e crianças que não querem ser humilhados.

Somos aqueles que ocupam as ruas com arte.

Que fazem dos becos, seus palcos.

E dos parques, os seus espetáculos.

Somos as guitarras, poesias, fotos, danças e batidas.

Mas acima de tudo, somos vozes!

Vozes que querem ser ouvidas.

E pessoas que querem escutar.

Mais do que uma cidade famosa, somos a cidade singular.

Que deve falar por si mesma.

Queremos debater essa cidade que tentam esconder atrás dos títulos e do passado.

A cidade real que resiste e não sucumbe.

Porque conhece sua história, sente o seu presente e sonha com outro futuro.

Jovem, idoso, criança! Cada um sabe em que a cidade pode se tornar melhor.

Por isso estamos realizando encontros para falar da nossa cidade, dos nossos bairros, das nossas ruas e praças...

E pensarmos juntos soluções para os problemas que enfrentamos todos os dias.

Queremos uma outra cidade.

De todas e todos que sonham com uma Itu mais livre, solidária e feliz.

Onde não sejamos chamados apenas para aplaudir.

Pois somos aqueles que não desistiram de sonhar com uma cidade melhor!

Uma cidade feita pela gente, e pra gente.

SÍNTESE E DIRETRIZES GERAIS DO PROGRAMA DE GOVERNO:

I-DIGNIDADE, O PLANO DE EMERGÊNCIA - ITENS OBRIGATÓRIOS A FIM DE ENTREGAR A MALHA DE SERVIÇOS BÁSICOS QUE FALTAM EM ITU: pronto atendimento e médicos nos postos, creches, transporte público e água

II-CIDADE PARA TODOS - acessibilidade, mobilidade, infraestrutura, turismo e espaços compartilhados

III-MEIO AMBIENTE - políticas ambientais

IV-EDUCAÇÃO E CULTURA - conhecimento e convivência social

V-CIDADE DAS MULHERES - políticas de equidade

VI-REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES - emprego, moradia, acessos e assistência social

I-DIGNIDADE, O PLANO DE EMERGÊNCIA:

As medidas contidas neste Plano foram construídas com base no diagnóstico da cidade feito coletivamente a partir do projeto A Itu da Gente, das necessidades urgentes que interferem ainda na dignidade do cidadão ituano e da análise das finanças da prefeitura que estamos produzindo.

Esse era para ser, e ainda é, um Plano de Governo para falarmos de mudança, da implementação de sonhos antigos e da devolução da cidade para as pessoas que vivem aqui e que querem ter mais direito a essa cidade. No entanto, não podemos começar sem antes listar os problemas estruturais advindos dos últimos governos e do crescimento acelerado dos últimos anos, e tomarmos o cuidado de nos comprometer a saná-los.

Em cinco anos, a cidade passou a ter 12.948 novos moradores, o que corresponde a um crescimento de 8,39% comparado ao último Censo, de 2010, que apontava a população de 154.147 habitantes. Não é à toa que faltou água, que as filas por atendimento médico parecem estar maiores, que faltam vagas em creches e que a taxa de desemprego aqui também cresceu.

Começaremos então, nesse eixo, por apresentar um plano emergencial, de medidas concretas, pontuais e viáveis. Um plano para ser aplicado nos primeiros 100 dias de governo.

Ao mesmo tempo em que apontaremos as medidas emergenciais, trabalharemos com o objetivo estratégico de garantir os direitos sociais e os direitos humanos por meio de políticas públicas com controle social e transparência, exigindo dos governos estadual e federal que repassem os recursos que, por direito, são da cidade.

Para sanar a questão dos espaços de convivência, prática de esportes e de produção cultural, iremos abrir desde o primeiro mês os 21 prédios de escolas municipais durante os finais de semana com a rede WiFi liberada, sem senha. Além disso, a Guarda Municipal que deve assumir o papel de guarda comunitária, deve estar mais presente nas comunidades, uma vez que será de atribuição da Guarda zelar pelos prédios no contraturno de aulas.

Além dessa garantia de uma Guarda Municipal presente na cidade, é necessário reforçar a iluminação pública nas nossas ruas e praças.

A segurança é uma preocupação permanente da população de Itu. A crise econômica nacional e o desmonte do Estado tem no aumento da violência uma das suas principais consequências.

Entre as 26 cidades pertencentes à Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), Itu é a terceira no ranking das cidades mais violentas, e também é a terceira no número de feminicídios (morte intencional de mulheres). Os dados foram obtidos no site da Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado de São Paulo.

Além disso, a prefeitura pode e deve desenvolver uma política preventiva na segurança pública, que resgate os jovens que são alvo do tráfico e do crime organizado, com a elaboração de políticas de educação, cultura e trabalho.

No caso da saúde pública, vivemos uma precariedade que atinge diretamente os mais pobres. O fechamento do pronto atendimento do Hospital São Camilo (Santa Casa) nos deixou ao léu. A falta de local e equipamentos necessários para atendimento de urgência impacta diretamente sobre as chances de sobrevivência de quem já está doente. Uma consulta com especialista em Itu pode levar até dois anos para acontecer.

Garantir o acesso à saúde pública de qualidade é um desafio fundamental na busca por uma cidade mais justa. É inaceitável que os postos de saúde sigam com falta de médicos e até mesmo de materiais básicos para o atendimento. Os medicamentos são escassos e agora a ausência de farmacêuticos inviabiliza o acesso aos remédios nos postos de saúde.

Portanto, é necessário acelerar a entrega das duas obras de prontos atendimentos-do bairro Parque Industrial e o UPA da Nossa Senhora da Candelária-contratar mais profissionais e reestruturar os horários de atendimentos nos postos de saúde, garantindo também que haja atendimento à noite para beneficiar quem trabalha no horário comercial padrão.

Outro exemplo revelador da injustiça social que permeia nossa cidade é que ainda há parte das nossas crianças de 0 a 5 anos fora das creches e pré-escolas, uma realidade que prejudica as crianças e as mulheres, forçadas a abandonar os estudos ou o trabalho para cuidar dos filhos. Lembrando que o MEC (Ministério da Educação e Cultura) determina como obrigatória a inclusão de 100% das crianças, no mínimo, a partir dos 4 anos.

Para garantir a água, é necessário primeiro entender que ela é um bem comum e tão essencial para nossa existência. Nossa proposta prevê extinguir a concessão do serviço, feito de forma pouco planejada e transparente à EPPO, e remunicipalizar o serviço de tratamento de água e esgoto, além de remontar o SAAE dentro dos primeiros meses de mandato. Também providenciar o devido desassoreamento das represas para garantir mais armazenamento de água.

Implementar uma política de paisagismo que retome o plantio de árvores das calçadas, de corredores verdes nas avenidas e canteiros para a penetração de água a fim de minimizar as enchentes e garantir maior penetração e reservação natural de água.

Levando em consideração os longos prazos estipulados e a qualidade dos serviços prestados, realizar auditorias dos contratos da prefeitura com o serviço de transporte público e de merenda.

Executar as obras necessárias a fim de executar a criação do Distrito Industrial de Itu e criar políticas de incentivos fiscais às indústrias com a contrapartida de respeito ao meio ambiente e oferta de qualidade na tratativa com o trabalhador. Ainda no tocante a emprego, devemos disponibilizar pelo menos 50 salas para pequenas iniciativas como startups-incubadoras públicas com compartilhamento de internet, água e luz, em parceria com as universidades locais.

Reduzir o número de cargos de confiança e de pastas de assessoria do Poder Executivo formando assim as pastas:

- Administração e Planejamento;
- Agência Reguladora de Serviços Delegados;
- Chefia de Gabinete;
- Comunicação e Transparência;
- Cultura-eleição de classe;
- Direitos Humanos e Igualdade-eleição de classe;
- Educação-eleição de classe;
- Jurídico;
- Moradia;
- Obras, Trânsito e Transportes;
- Saúde-eleição de classe;
- Segurança;
- Trabalho;
- Turismo.

Com o apoio dos seguintes Conselhos e Comitês populares:

- Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência;
- Conselho Municipal do Meio Ambiente;
- Conselho Municipal de Turismo;

- Conselho Tutelar;
- Conselho de Alimentação Escolar;
- Conselho Municipal de Assistência Social;
- Conselho Municipal de Transparência e Acesso à Informação;
- Conselho Municipal da Pessoa Idosa;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho Municipal da Saúde;
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social;
- Conselho Municipal da Educação;
- Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);
- Conselho Municipal de Políticas Culturais;
- Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural;
- Comitê Municipal de Transparência;
- Comissão Municipal de Emprego;
- Conselho Municipal da Juventude;
- Conselho Municipal de Participação de Igualdade Racial;
- Comitê popular da gestão do transporte público;
- Comitê popular de recurso;
- Comitê hídrico e de saneamento.

II-CIDADE PARA TODOS:

Nas duas últimas décadas a cidade de Itu vem crescendo de forma desordenada, levando em consideração apenas os interesses da especulação imobiliária. Nesse eixo pretendemos listar soluções para devolver a cidade para as pessoas, para que elas possam muito mais além de apenas morar aqui. Vamos falar em garantida de qualidade de vida:

- Abertura de novo processo de licitação para a contratação de serviço de transporte público que proporcione ampla sinalização das paradas de ônibus, a construção de abrigos, veículos que contemplem a acessibilidade das pessoas com deficiência, e que seja planejado de maneira a oferecer linhas mais rápidas e mais eficientes, além de facilitar o transbordo com o uso do cartão eletrônico. Também será levada em consideração a busca por empresa que preste o serviço cobrando uma tarifa mais baixa, no intuito de popularizar e estimular o transporte público.
- Acessibilidade nos prédios e vias públicas.
- Política Municipal de Habitação orientada pelo Estatuto da Cidade: buscaremos priorizar os novos empreendimentos nos espaços com infraestrutura preexistente, além de realizar convênios com bancos e órgãos estaduais e federais.
- Municipalização do transporte público de escolares para atender a dois objetivos: ter referência de custos para remunerar as empresas privadas e controle da qualidade oferecida.
- Ampliar ciclovias, incorporando traçados que minimizem aclives e declives.

II.a-Esporte e Lazer:

- Disponibilidade de vias públicas para realização de práticas esportivas e culturais durante os finais de semana, como parte do mapa cultural e esportivo da cidade. Essa iniciativa ampliará os espaços de vivência junto de uma política de ocupação da cidade pelas pessoas.
- Criação do Programa Esporte Inclusivo, voltado para as pessoas com deficiência.
- Inclusão do profissional formado em educação física na Estratégia da Saúde da Família, ponderando o atendimento da população na melhor idade.
- Abertura das escolas municipais aos finais de semana com programação cultural e esportiva.

II.b-Participação Popular:

- Manter o site www.aitudagente.com.br como forma de gabinete digital e por lá permitir a inserção espontânea de pautas e fóruns, a fim de manter constante a subordinação do poder público às demandas populares;
- Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária formuladas a partir da Conferência da Cidade: compartilharemos A Itu da Gente com todos os ituanos, debatendo exaustivamente já no primeiro semestre do Governo o planejamento dos quatro anos seguintes, numa plataforma pedagógica e democrática de legitimar uma nova proposta de cidade;
- Descentralização da Prefeitura em subprefeituras: ferramenta importante de descentralizar os serviços prestados pelo setor público, além de sensibilização aos problemas existentes nos bairros;
- Defesa da incorporação dos Conselhos na Lei Orgânica do Município, de tal modo que a participação popular se concretize como Política de Estado;
- Conselhos setoriais com livre acesso aos secretários e às secretárias;
- Instituição do sistema de cotas na composição dos Conselhos;
- Consultas públicas periódicas por meio de votações presenciais e virtuais;
- Auditoria permanente nos contratos do Município como subsídio aos Conselhos e à população;
- Prestação quadrimestral de contas públicas para todas as secretarias em horários e locais de fácil acesso.

III-MEIO AMBIENTE:

A efetividade das políticas ambientais depende de uma abordagem transetorial e a criação de mecanismos institucionais que tornem a governança da cidade mais participativa. Os principais pontos desse tópico passam pelo incentivo ao uso de energia limpa, uso racional da água, fomento a modelos de alimentação alternativos à agropecuária e industrializados, ênfase no transporte público, gerenciamento de resíduos sólidos e na preservação das nossas áreas verdes, além da recuperação da vegetação na região de mananciais. Com isso, se faz necessário:

- Revisão do nosso modelo de transporte público. É necessário criar sistemas que atendam aos bairros de forma mais eficiente, rápida e econômica, servindo como

medida de desestímulo ao transporte individual em veículos e diminuindo a emissão de gases poluentes;

- Planejamento e projetos que viabilizem o uso de bicicleta conectado a outros modais, de forma a garantir a mobilidade plena;
- Inspeção veicular obrigatória, considerando que a poluição atmosférica é uma das principais responsáveis pela incidência de doenças cardiorrespiratórias. A inspeção veicular rigorosa pode controlar e minimizar a emissão desses poluentes.
- Pavimentação com drenagem ou implantação de canteiros permeáveis nas áreas vulneráveis à alagamentos;
- Planejamento urbano e habitacional que não comprometa as áreas de mananciais e verde;
- Programa de coleta e uso de água pluviais em todos os prédios públicos municipais;
- Ampliação da utilização da água de reuso para fins não potáveis, como rega, limpeza urbana e sanitários dos prédios públicos;;
- Universalização da coleta e tratamento de esgoto em todo o município visando a possibilidade de reuso de água.
- Remunicipalização do nosso serviço de tratamento de água e esgoto tendo como metas o investimento na manutenção constante da rede, a fim de reduzir vazamentos, e desassorear nossas represas objetivando a maior reservação de água;
- Reforçar a integração entre as vigilâncias ambiental, epidemiológica e sanitária;
- Participação do município na reconstrução e preservação das matas ciliares por meio de lei de incentivos;
- Intensificar a fiscalização com o objetivo de desocupar áreas de proteção e avaliação das áreas com ocupações já consolidadas;
- Implementar um projeto paisagístico que contemple o plantio de mudas nativas e frutíferas, à fim de fornecer comida livre e sem agrotóxicos.
- Oferecer apoio organizativo às associações de defesa dos direitos dos animais;
- Criar um Plano de Ecoturismo Sustentável, objetivando não só a integração das pastas de Turismo e Meio Ambiente, mas também para repensar todos os trajetos e serviços para garantir a devida destinação de resíduos sólidos e de impacto sobre as áreas;
- Criação de formação continuada para agricultores familiares e permacultores para prepará-los para fornecer também para a prefeitura e participar de concorrências públicas;
- Garantir que parte da merenda escolar seja feita com alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar local;
- Planejamento e distribuição de mudas de árvores específicas e de raízes não agressivas para estimular o plantio nas calçadas das residências formando ruas mais arborizadas (exceto Centro Histórico-para preservação do patrimônio)
- Criação da Campanha Municipal do Dia da Alimentação Sem Carne;
- Intensificar a coleta seletiva de lixo como medida educativa nas escolas, exigir maior empenho da concessionária de recolhimento de resíduos e incentivar as iniciativas de cooperativismo ou catadores que recolhem e reciclam materiais na cidade;
- Implantar um inventário de emissões de poluentes para acompanharmos com mais atenção esses dados e criar um Plano de Mitigação das Mudanças Climáticas;

- Vincular a política de incentivo fiscais para que as indústrias a se instalem na cidade assumam o compromisso de controle de emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa (GEE), além de tratamento de esgoto e direcionamento de resíduos sólidos aos centros de tratamento específicos;
- Providenciar estudo e dar transparência sobre o estoque de lixo atômico presente na cidade e planejar a manutenção dessa reserva a fim de garantir a segurança dos munícipes;

IV-EDUCAÇÃO E CULTURA:

Educação e cultura serão prioridades em nosso governo. A cultura forma as bases da convivência social e a educação consolida conhecimentos que auxiliam e colaboram com a vida em comum.

Há falta de vagas em creches, de materiais didáticos e de professores valorizados. A quase completa ausência de eventos culturais na cidade, além da falta de incentivo aos artistas de Itu fazem com que a cidade subutilize espaços de convivência e de aprendizagem.

IV.a-Educação:

- Universalização: Itu precisa universalizar o acesso à educação, ou seja, garantir a TODAS as crianças o direito à educação, passando pela pré-escola até o 4º ano do ensino fundamental, que são as obrigações do município. Essa garantia é importante para que as famílias possam trabalhar e as crianças tenham acesso ao pleno desenvolvimento de suas habilidades e competências, conforme a primeira meta do Plano Nacional de Educação (PNE).
- A idade certa e a capacitação dos educadores: Para que as crianças concluam essas etapas na idade recomendada, é necessário que a cidade invista mais nos recursos disponíveis para as escolas de ensino fundamental e na capacitação dos professores para que os alunos recebam uma formação que lhes permita formar-se no tempo certo, porém sem deixar de lado a qualidade, dando subsídios para que estes continuem seus estudos na rede pública. Em relação à educação especial devemos contar com o apoio de profissionais especializados, sem deixar de capacitar os professores para que esses aperfeiçoem suas técnicas, trazendo benefícios a todos, pois o professor aprendendo novas formas de ensinar atingirá mais alunos e, consequentemente, aumentará nossa nota no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação), independentemente se possuem ou não algum tipo de necessidade especial, segundo as metas 2,4,5 e 7 do PNE.
- Escolas em tempo integral: Nesse aspecto o município está muito atrasado. Não existe nenhuma escola em tempo integral municipal na cidade. A cidade deve oferecer educação em tempo integral buscando atingir no mínimo 25% dos alunos matriculados na educação básica. Essas escolas, além de manter os alunos em atividades que estimulam o seu desenvolvimento, deixam os pais com mais tempo livre para que possam fazer outras atividades. Assim estaremos cumprindo a meta 10 do Plano Nacional de Educação.

- Educação de Jovens e Adultos: Quem conhece as escolas que oferecem a Educação de Jovens e Adultos, o EJA ou Supletivo, sabe que elas estão lotadas e com longas listas de espera. Devemos ampliar o sistema para que possamos oferecer mais vagas às pessoas que necessitam desse tipo de educação. Além disso, devemos integrar a Educação de Jovens e Adultos ao ensino técnico, oferecendo a essas pessoas além de um diploma uma profissão, conforme as metas 8, 9 e 10 do Plano Nacional de Educação.
- Valorização dos educadores: Os professores, principalmente os de Itu, são muito desvalorizados e mal pagos. Devemos dar a essas profissionais condições dignas de vida e de salários. Ações como a diminuição do número de alunos por sala e a aplicação da Lei do Piso Salarial devem ajudar esse profissional. Além disso, devemos equalizar o salário dos professores aos demais profissionais com nível superior, além de oferecer um plano de carreira compatível a esses profissionais segundo as metas 17 e 18 do PNE. Também temos a proposta de vincular o aumento do salário do professor à diminuição do salário de vereador, equiparando-os.
- Gestão democrática e a comunidade: Devemos buscar implementar uma gestão democrática de fato. Os funcionários da escola, os professores e a comunidade devem ser chamados a participar da eleição de diretores e do secretário municipal de educação, aumentando o envolvimento de toda a comunidade escolar, trazendo consequências positivas ao ambiente escolar, segundo a meta 19 do PNE. Com a implementação do Wi-Fi nas escolas, alinharemos com as ações culturais previstas abaixo, transformando esses espaços em centros de convivência e de criação de cultura.

IV.b-Cultura:

Difusão e Acesso:

- Cultura em toda parte: prevê a instalação, recuperação e remodelação de equipamentos culturais, implementando uma política de descentralização que não prescindir tarefa de conferir visibilidade às produções até agora marginalizadas;
- Criação de novos Centros Culturais de Referência, com arquitetura sustentável. Os Centros Culturais conterão biblioteca, cinema, teatro multiuso, salas de exposição, livraria, oficinas de artesanato, além de espaços de convivência (para jovens, adultos e terceira idade). Abrigarão também as Escolas Municipais de Artes e as Casas de Cultura Digital;
- Programa de racionalização e otimização da circulação da produção cultural, reduzindo a inatividade e a capacidade ociosa dos equipamentos culturais;
- Modificação dos horários dos espaços e equipamentos públicos municipais, estendendo seu funcionamento também para o período noturno, aos sábados, domingos e feriados;
- Democratização do uso do Teatro Municipal, transformando a principal sala de espetáculos da cidade em centro de referência de produção e criação artística, abrindo suas salas para realização de festivais de música, poesia, dança e teatro;
- Estímulo e incentivo à criação de cineclubes, organizando uma rede de difusão e debates sobre a produção audiovisual contemporânea e a história do cinema mundial;

- Ampliação do Festival de Artes, estendendo-o para além do Centro Histórico, procurando valorizar outras regiões da cidade e suas manifestações culturais.

Formação:

- Criação de centros dedicados à formação permanente nas diversas linguagens artísticas, nos saberes artesanais e no cultivo da cultura popular, tradicional e espontânea;
- Abertura das Escolas Municipais para oferecerem cursos de longa e curta duração em cinema e audiovisual, teatro, criação literária, dança e artes visuais;
- Criação de Escolas e Núcleos de Cultura Tradicional e Práticas Artesanais. Essas organizações, assim como acontece, por exemplo, nas Escolas de Samba, agrupam e disseminam saberes específicos, em diferentes áreas como o Circo, a Capoeira, etc;
- Estabelecer um programa permanente de oficinas, cursos, workshops e ateliês, contínuos e itinerantes, que percorram periodicamente os espaços culturais administrados pelo poder municipal;
- Implementação de cursos de formação dedicados à qualificação dos agentes envolvidos na administração de patrimônio, museus, centros culturais, casas de cultura e outros equipamentos culturais públicos.

Informação e Comunicação:

- Elaborar políticas de mapeamento e divulgação da diversidade cultural ituana;
- Elaborar inventário sobre a diversidade cultural de Itu, listando e georreferenciando todo patrimônio material e imaterial da cidade;
- Criar o Portal de Informação Cultural da cidade, destacando os eventos da semana, a programação cultural fomentada pela Secretaria Municipal, as atividades culturais e as festas permanentes que ocorrem periodicamente em Itu.

Fomento à Criação Artística e Cultural:

- Implementação do Fundo Municipal de Fomento à Cultura, com o objetivo de unificar e coordenar as linhas dispersas de financiamento municipal, ampliando os recursos disponíveis e atingindo as áreas até agora não contempladas. A dotação do Fundo Municipal de Cultura será determinada em lei, e deverá ter por base uma porcentagem do orçamento municipal correspondente à arrecadação total das atividades culturais do município.
- Modernização e desburocratização dos programas de incentivo à cultura já existentes no município;
- Lançamento de editais que contemplem manifestações artísticas e culturais pouco consolidadas e valorizadas pelo mercado;
- Implantação completa do Sistema Municipal de Cultura;
- Organização de conferências municipais de cultura, bem como a de fóruns setoriais, investindo na participação e no engajamento dos atores políticos de cada área de maneira criativa;

- Constituição de Política de Intercâmbio entre a Secretaria da Cultura, as demais secretarias municipais e órgãos da prefeitura para desenvolver programas educativos e culturais;
- Elaboração e implantação de um Plano Municipal do Livro e da Leitura;
- Implantação do projeto “Biblioteca da Comunidade” em praças, parques e outros espaços públicos.

Políticas de Memória e Preservação:

- Apoio aos Museus da cidade, de modo que se passe a contemplar tanto o patrimônio material como o imaterial, tanto sítios históricos como manifestações tradicionais e cotidianas;
- Valorizar e dar visibilidade às principais obras artísticas e culturais da cidade-dentro da concepção de museu a céu aberto –, tais como: monumentos públicos, projetos arquitetônicos e bairros históricos, e até mesmo manifestações efêmeras, como grafites, rituais afro-brasileiros e indígenas etc;
- Recuperação e requalificação de equipamentos culturais e prédios públicos de valor histórico;
- Atualizar a legislação vigente de preservação do patrimônio histórico e artístico material e imaterial ituano.

Políticas de Cultura Digital:

Nosso Plano de Governo prevê a implantação do projeto Internet Popular: o acesso gratuito à internet permitirá que o cidadão utilize de forma remota os diversos serviços disponíveis nos websites da Administração Pública Municipal.

A “Cidade Digital Livre, Inovadora e Inclusiva” tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento de tecnologias colaborativas, abertas e promovidas por coletivos e indivíduos, estimulando as seguintes políticas e ações:

- Desenvolvimento de uma política pública de fomento às liberdades na rede, baseada nas competências do gestor municipal, com o desenvolvimento de licenças livres de obras culturais e educacionais custeadas ou realizadas pela prefeitura, e de todos os documentos públicos;
- Estímulo à criação e ao compartilhamento de recursos educacionais abertos à produção colaborativa de materiais didáticos e processos de aprendizagem, à disseminação de criações, invenções e troca de saberes, envolvendo escolas, professores, estudantes e a comunidade em geral;
- Desenvolvimento de um programa de apropriação crítica das tecnologias, por meio de laboratórios de garagem, espaços para ciência de bairro e pontos de cultura digital a serem desenvolvidos em parceria com pequenos empreendedores (donos de lan house), grupos da sociedade civil e/ou equipamentos da prefeitura, como instituições culturais e escolas;
- Realização de um trabalho coletivo e colaborativo de mapeamento da cidade (cartografia crítica e afetiva), com detalhamento de seus problemas e soluções, a ser desenvolvido em parceria com a sociedade civil;

- Estímulo às ações de ocupação das ruas por artistas e produtores culturais, como forma de ampliar o compromisso dos cidadãos com o espaço público;
- Fomento aos meios alternativos de comunicação e cultura livres, em especial às mídias livres, com apoio às rádios comunitárias, música livre, estúdios livres, e às plataformas de comunicação em rede, como blogs e sites de produção de conteúdo informativo, além de saraus e espaços de literatura;
- Criação de Casas de Cultura Digital. Esses espaços, com banda larga em alta velocidade, serão centros de inovação em tecnologia digital e produção de conteúdo audiovisual.

V-CIDADE DAS MULHERES:

V.a-Combate à violência contra a mulher (delegacias, casas abrigo, etc):

A violência permanece como uma das mais graves violações dos direitos das mulheres e um dos maiores desafios no que se refere à construção de políticas públicas. Os índices ainda são altos em todo o Brasil, e Itu é a terceira cidade que mais registra casos de violência contra a mulher na Região Metropolitana de Sorocaba. Com os recorrentes cortes orçamentários não há programa de enfrentamento à violência que se sustente no país.

Além disto, os atuais programas seguem intimamente ligados às secretarias de segurança pública, determinando novos problemas de concepção nessa política. A falta de treinamento adequado aos policiais militares e o machismo da corporação são fatores relevantes no momento em que as vítimas de violência encontram-se mais fragilizadas e precisando de suporte para romper com o ciclo de violência e denunciar o agressor. Por outro lado, as políticas de combate à violência que priorizam o encarceramento, sem o acompanhamento do agressor e sem medidas preventivas, deixam claro o descompromisso do poder público em romper radicalmente com a violência endêmica contra as mulheres. Por isso, nos comprometemos a adotar as condições orçamentárias necessárias para:

- Promover a prevenção da violência contra a mulher por meio de campanhas socioeducativas nos meios de comunicação de massa, nas escolas e nos serviços públicos em geral (saúde, segurança etc.);
- Promover a assistência integral às mulheres que sofrem de violência doméstica e sexual, ampliando e estruturando serviços especializados, por exemplo, Centros de Referência, Casa Abrigo, Unidades de Referência em Saúde, Contracepção de emergência e a profilaxia de infecção pelo HIV;
- Formar e capacitar os servidores públicos, em particular na área de saúde e segurança, para o atendimento adequado das mulheres vítimas de violência;
- Expandir Delegacias da Mulher com funcionamento 24 horas e atendimento psicossocial, cujos funcionários tenham treinamento adequado para lidar com casos de violência machista.

V.b-Aumento da oferta de vagas na educação infantil (creches):

O Brasil precisa de mais creches. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011, mais de 37% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres e dentre elas há muitas que criam seus filhos sozinhas. A realidade de grande parte das mulheres trabalhadoras é ter que deixar seus filhos com vizinhos ou com crianças um pouco maiores.

Mesmo em lares com pai e mãe, muitas vezes ambos precisam trabalhar fora de casa, deixando as crianças ficarem sem assistência qualificada e expostas a riscos. Portanto, a exigência de creches e pré-escolas gratuitas vem preencher uma lacuna frequente nas residências brasileiras, especialmente as mais carentes.

Defender a educação infantil como obrigatória até os seis anos é defender as crianças e seu direito a uma oportunidade de desenvolvimento pleno, visto que é nesta fase da vida que se formam as bases para o aprendizado futuro. É por isso, inclusive, que a concepção de creches como um local de assistência social foi substituída pela concepção de educação infantil, um local de aprendizado e desenvolvimento das crianças.

Nos comprometemos em nosso Plano de Governo a atender toda a demanda por creches no município durante os quatro anos de mandato, contados a partir do início do governo. Para isso, o financiamento precisa e deve ser aumentado. Atualmente o orçamento previsto pelo FUNDEB é insuficiente para atender a demanda com qualidade. Nesse sentido, nos comprometemos:

- A consolidação de políticas, diretrizes e ações destinadas à ampliação do acesso à educação infantil, visando a garantia do direito à educação de qualidade às crianças de 0 a 6 anos de idade, atendendo toda a demanda manifestada pelos municípios em quatro anos;
- Aumentar o financiamento para atender à demanda, proporcionando uma educação de qualidade, de acordo com o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), indicado pelo Conselho Nacional de Educação;
- Ampliação da oferta de educação infantil pelo poder público, extinguindo progressivamente o atendimento por meio de instituições conveniadas, visando a qualidade e a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação infantil.

V.c-O direito à cidade para as mulheres:

- Iluminação: ampliar a iluminação pública para tornar as ruas mais seguras à noite;
- Manutenção das vias públicas: poda periódica de árvores, gramados e arbustos, no intuito de evitar possíveis abrigos de pessoas mal-intencionadas;
- Calçadas: alargar os passeios para comportar de maneira mais adequada o uso de carrinhos de bebê;
- Rampas: para melhorar o acesso de moradores e usuários de carrinhos de bebê, as escadas devem ganhar rampas.

V.d-No transporte, as mulheres merecem respeito:

- Estabelecer o mínimo de 10% de mulheres dentre os condutores de táxi do Serviço Público de Transporte Individual por Táxi nos municípios (inspirado no PLL 137/2015, de autoria da vereadora Fernanda Melchionna e do vereador Professor Alex Fraga, ambos do PSOL de Porto Alegre-RS);
- Assegurar o direito de desembarque das mulheres entre as paradas obrigatórias (pontos de ônibus) a partir das 22h, e dá outras providências (inspirado no PL 06/2016, de autoria do vereador Toninho Vespoli, do PSOL de São Paulo-SP);

- Para as crianças chegarem à escola, é preciso que seus acompanhantes também sejam isentos do pagamento da passagem de ônibus. Por isso, defendemos a extensão do Passe Livre para acompanhantes de crianças matriculadas em creche ou pré-escola (inspirado no PLCL 026/2015, apresentado pelos vereadores do PSOL de Porto Alegre-RS).

V.e-Em defesa do parto humanizado e contra a violência obstétrica:

O PSOL defende o projeto de lei 7633/2014 do deputado Jean Wyllys, que garante à gestante o direito ao parto humanizado, conforme sua vontade, à mínima interferência médica, ao acompanhamento, à correta informação sobre procedimentos e direitos, e ao abortamento seguro nas formas da lei. Também estabelece como direitos do neonato o nascimento digno e seguro, o contato com a mãe logo no primeiro momento de vida quando não houver impedimento médico, entre outros.

Ainda neste tema, nosso Plano contempla obrigar as maternidades, casas de parto e os estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada, sediados no município, a permitirem a presença de doulas-acompanhantes especializadas-durante todo o período do trabalho de parto, do parto e do pós-parto imediato, sempre que solicitado pela parturiente.

V.f-Amamentar em público é um direito:

Proposta de lei: o estabelecimento que proibir ou constranger o ato da amamentação em suas instalações estará sujeito à multa de R\$ 500, sendo que em caso de reincidência o valor da multa duplicará.

V.g-Pela equidade salarial:

Implantaremos políticas de equidade de gênero para a igualdade plena de homens e mulheres e políticas afirmativas que façam um contrapeso a séculos de opressão da mulher. Neste sentido, é fundamental o desenvolvimento de ações para incluir ou igualar as mulheres no mercado de trabalho por meio da promoção da sua autonomia econômica. Defendemos o PL 7016/10, de autoria da deputada Luciana Genro, do PSOL, que prevê punição e mecanismos de fiscalização contra a desigualdade salarial entre homens e mulheres. Ao mesmo tempo, encaminharemos a redução da jornada de trabalho e a socialização dos trabalhos domésticos com a implantação de espaços públicos de reprodução da vida comunitários, como lavanderias, cozinhas, refeitórios e creches, entre outros.

V.h-Por uma cidade em que as mulheres tenham voz:

A construção social dos papéis de gênero é algo tão naturalizado que passa despercebido no nosso cotidiano. Nunca é demais lembrar que mulheres e homens têm internalizado durante muitos anos que determinadas atitudes e comportamentos são próprios de cada gênero (feminino e masculino), por exemplo, ocupar espaços públicos para homens e privados para mulheres. Neste sentido, defendemos uma reforma política que promova a participação da mulher, envolvendo mecanismos democráticos, tais como:

- Democratização radical dos espaços de definição de políticas públicas de forma que estimule a participação das mulheres;
- Garantia da realização de Conferências de Políticas Públicas para Mulheres com ampla divulgação, não só entre o movimento de mulheres, mas na sociedade como um todo, chamando todas as cidadãs a participarem deste processo;
- Criar uma Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres nos locais onde esta não existe, além de garantir recursos financeiros e humanos e autonomia para seu funcionamento;
- Prezar pela laicidade do Estado.

V.i-Por uma educação não-sexista (gênero nas escolas):

A educação é um espaço privilegiado para o enfrentamento às opressões. É na escola onde o machismo se reproduz diariamente. Nossa escolha é construir relações igualitárias na escola, por meio da efetivação de ações e programas de educação não-sexistas que combatam todas as discriminações como o racismo, sexismo, homofobia, lesbofobia e transfobia. Por isso é fundamental a inserção nos currículos escolares de conteúdos que promovam uma educação inclusiva, não discriminatória, que aborde de forma progressista questões de gênero, etnia, orientação sexual e identidade de gênero. Algumas propostas:

- Garantir a formação continuada e sistemática dos educadores/as, na busca de uma educação de qualidade contemplando as temáticas dos direitos humanos, machismo, sexualidade e gênero;
- Fiscalização quanto ao cumprimento de todas as leis dos Direitos da Mulher, da Diversidade de Gênero e Sexualidade, da Diversidade e inclusão nos processos educativos;
- Ter ações preventivas ao assédio de forma articulada com as Secretarias Municipais de Educação e Secretaria da Mulher e de gênero nas cidades que houverem;
- Implantar, viabilizar e garantir a melhoria das condições materiais e pedagógicas, qualificando o atendimento às mulheres na rede educacional, com ações para diminuir os índices de evasão devido ao machismo.
- Introduzir e garantir a discussão de gênero e diversidade sexual na formação inicial e continuada dos professores/as, com verbas garantidas e calendário estruturado visando um debate amplo e democrático rumo à alteração do currículo do ensino básico, ao estudo de gênero e sexualidade.
- Criar um aplicativo para denúncias de assédios ou mesmo notificações de correções necessárias nos livros e materiais didáticos que veicule qualquer tipo de opressão e discriminação;
- Garantir a política de produção e distribuição de materiais pedagógicos que promovam a igualdade de gênero, o respeito à diversidade e o combate ao machismo;
- Garantir no Projeto Político Pedagógico das escolas o combate ao machismo, a opressão de gênero e que promova o debate de respeito à diversidade de gênero e sexualidade de forma franca e libertária;
- Garantir verba pública e criar programas de combate ao assédio, machismo e todas as formas de opressão em diferentes mídias em parceria com os movimentos sociais que trabalhem com essas temáticas;

- Garantir que seja respeitado o direito a auto-organização e ao próprio corpo das meninas, coibindo que ações sexistas, machistas e discriminatórias ocorram dentro das escolas.

V.j-Para Mulheres Negras:

Para as mulheres negras o direito à vida própria (autonomia) até o direito à própria vida (no enfrentamento à violência) são batalhas constantes. Isso, apesar do espaço conquistado por meio das lutas históricas das mulheres em geral, e das negras em particular. Lutas que conseguiram se traduzir em políticas públicas de enfrentamento à violência, de acesso a trabalho e renda, à educação e saúde e de empoderamento político.

O racismo, aliado ao sexismo, constitui a base real da subjugação das mulheres negras no Brasil. As estatísticas apontam o que é ser mulher e negra num país em que a estrutura socioeconômica e político-cultural foi construída e embasada em práticas racistas e sexistas.

As mulheres negras e jovens são a maioria das vítimas de violência doméstica, além de estarem mais constantemente expostas à violência sexual e policial. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mais de 60% das mulheres assassinadas no Brasil entre 2001 e 2011 eram negras. A mulher negra aparece nos dados estatísticos associada a baixos índices de escolaridade, a trabalho degradante e rendimentos inferiores, estando posicionada na parcela mais pauperizada da sociedade brasileira, constituindo um dos segmentos mais vulneráveis, fazendo com que a pobreza brasileira tenha um rosto feminino e negro. Para mudar este cenário, propomos:

- Incentivo a medidas que possam transformar esta realidade, garantindo a estas mulheres o acesso à cidadania, além de incentivo em conselhos de participação popular;
- Criação de políticas públicas e de ações afirmativas se coloca como uma das estratégias para a superação destas desigualdades e disparidades existentes entre o homem e a mulher, entre os negros e brancos, entre as mulheres brancas e as mulheres negras;
- Formação, educação permanente e atenção especial dos servidores da saúde para a saúde integral das mulheres negras, com atenção especial nos casos de hipertensão, diabetes e anemia falciforme.

V.k-Combate à lesbofobia, à bifobia e à transfobia:

Merece atenção especial a condição de opressão a que estão submetidas hoje as mulheres não heterossexuais (lésbicas e bissexuais) no Brasil. O caráter “invisível” da mulher lésbica se reflete na forma como ela é discriminada: geralmente (mas não exclusivamente), os atos discriminatórios contra elas ocorrem em ambientes privados. Isso torna mais difícil, mas não impossível, o combate à lesbofobia. Para isso, é preciso recolocar no espaço público a importância do respeito à mulher lésbica e bissexual. O Estado é o responsável por isso e deve contribuir para que as lésbicas, assim como todas as mulheres, saiam da situação de invisibilidade e sejam reconhecidas como sujeitos políticos ativos na sociedade.

A população transexual também sofre com a invisibilidade e o preconceito. Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) dão conta que 90% dessa população está se prostituindo. Esse é um número estarrecedor e que não deveria ser tratado como uma questão menor ou algo secundário. É preciso urgentemente de políticas públicas que visem incluir a população de travestis e transexuais dentro do mercado de trabalho.

Além dos casos de violência psicológica e física, que chegam a matar, também há infinitos relatos de travestis e transexuais que foram agredidas por representantes do Estado, como policiais e demais funcionários públicos. O preconceito não está somente na sociedade, ele se reflete no poder público, por meio da violência institucional. Para acabar com isso, defendemos:

- Formação e educação permanente dos servidores da saúde para a saúde integral das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, principalmente sobre prevenção de DSTs, AIDS, câncer de colo de útero e de mama;
- Campanha de combate ao HIV entre mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais;
- Estímulo à produção e difusão de conhecimento e sensibilização dos profissionais da saúde para a atenção às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais sobre direitos humanos;
- Instalação de ouvidorias como canal de comunicação entre mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais e as instituições públicas;
- Garantia de representatividade das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais em conselhos de participação popular;
- Casas de acolhimento e preparação para o trabalho para LGBTs em situação de risco;
- Pelo reconhecimento de identidade de gênero das mulheres trans a partir da defesa da aprovação da Lei João Nery;
- Pela despatologização e reconhecimento das identidades sexuais;
- Atendimento humanizado no acompanhamento à população trans no processo de readequação dos corpos, em centros ambulatoriais com atendimento psicoassistencial e hormonal, bem como a qualificação dos profissionais do setor de saúde para esse atendimento;
- Ampliação do atendimento das Delegacias da Mulher para as mulheres trans.

VI-REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES:

Itu possui o valor de aluguel e valor da terra mais caro da região do médio tietê. É comum que moradores nascidos ou criados em Itu mudem-se para cidades vizinhas a fim de consolidarem o sonho da casa própria. Não é à toa o alto número de moradores de rua e pessoas em situações de risco, além do aumento de moradias irregulares sem infraestrutura adequada. Paralelamente a isso é inegável o aumento de imóveis à venda ou para locação, imóveis que não cumprem sua função social e ficam anos sem inquilinos pois servem para a especulação imobiliária.

Há duas realidades da especulação imobiliária comuns no trato dos grandes donos de terra em Itu: No centro, alguns imóveis que chegam a valer milhões de reais pois além da boa

localização possuem o “valor histórico” agregado, passam muito tempo sem inquilinos ou uso por dificuldades na manutenção dos prédios além do altíssimo valor do aluguel.

Já nas periferias da cidade os loteamentos e condomínios continuam sendo aprovados e tomam conta de nossas Zonas Rurais, além de necessitarem de cada vez mais infraestrutura para a urbanização dessas áreas.

É uma lógica perversa que, ao mesmo tempo que centraliza os fluxos de pessoas para o centro (onde donos de imóveis preferem a demolição de seus edifícios para construção de estacionamentos, pois isso geraria para eles muito mais renda) distribui para as bordas oportunidade de moradia.

O combate à ociosidade dos imóveis por via dos equipamentos previstos no Estatuto da Cidade, bem como o incentivo às bioconstruções e uso de tecnologia renovável e mutirões são saídas possíveis para baratear custos de moradias populares e zonas de interesse social. Além disso a garantia de acesso e dignidade à região rural, por via de transporte público de qualidade com tarifa acessível, além da melhoria nas condições das vias de terra e sinalização de tráfego são urgentes para diminuir o abismo de dignidade entre quem mora na zona rural e quem mora no centro, por exemplo.

São objetivos do nosso programa de moradia e acesso:

- Implantar programa de produção e acesso à moradia;
- Promover parceria com o programa Minha Casa Minha Vida;
- Ampliar o programa de urbanização e regularização de favelas e loteamentos irregulares;
- Formar um estoque de terrenos e glebas destinados à produção de Habitação de Interesse Social;
- Utilizar os instrumentos urbanísticos e fiscais previstos no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor, que garantam o estoque de terras;
- Priorizar a construção de novas habitações não somente em regiões de maior déficit habitacional como também em locais já dotados de serviços urbanos, equipamentos públicos e opções de lazer e, se possível, próximos aos postos de trabalho;
- Criar programa de acompanhamento de pós-ocupação, por meio de uma política de assistência social, jurídica, econômica e de gestão condominial;
- Atuar para evitar despejos, reintegrações de posse e outras formas de remoções forçadas de moradores, promovendo antes negociações e diálogo com os segmentos envolvidos;
- Promover a integração da política habitacional àquelas de educação, saúde, geração de emprego, transporte e mobilidade urbana.
- Produção de Unidades Novas de Habitação de Interesse Social
- Concentrar os recursos municipais no atendimento a famílias que se encontram na faixa de renda de zero a três salários mínimos;
- Articular o programa municipal com o Programa Minha Casa Minha Vida e com os demais programas estaduais e federais de produção habitacional;

- Organizar a composição dos condomínios a partir de critérios de diversidade: selecionar famílias com perfil heterogêneo de renda, origem, tamanho, faixa etária, incluindo em especial aquelas em que haja parentes idosos e portadores de deficiências;
- Estimular a participação de associações e cooperativas populares na produção habitacional, retomando o programa de empreendimentos autogeridos e mutirões;
- Limitar o tamanho do condomínio, priorizando a construção em terrenos menores, de modo a pulverizar a produção habitacional por todo o território da cidade;
- Reformar, requalificar o uso e utilizar para fins habitacionais edifícios localizados no centro histórico.
- Produção direta pela prefeitura: preferencialmente em projetos de reestruturação de áreas ociosas em programas de produção de unidades habitacionais para usos mistos;
- Produção de habitação por autogestão e/ou mutirão, quando as famílias o desejarem;
- Parceria com a iniciativa privada para produção de Habitações de Interesse Social, através de programas federais e estaduais de financiamento e subsídio;
- Locação Social, para demandas específicas (idosos, população em situação de rua, trabalhadores de baixa renda nas áreas centrais), integrada a outras políticas de assistência social, saúde, qualificação profissional etc.
- Auxílio-aluguel como alternativa provisória de moradia para casos que necessitem de atendimento emergencial não programado-situações de risco, calamidades e remoção de moradores para execução de obras de urbanização.
- Articulação com as políticas setoriais de habitação, meio ambiente, saneamento básico e mobilidade urbana;
- Participação dos interessados em todas as etapas do processo de regularização;
- Estímulo à resolução extrajudicial de conflitos;
- Concessão do título de propriedade preferencialmente para as mulheres.
- Realizar revisão das leis vigentes de regularização de parcelamentos e adequação em face da Lei Federal nº 11977/2009,
- Lei Minha Casa Minha Vida e suas posteriores alterações;
- Garantir a aplicação das modalidades de usucapião: elaboração de planta de urbanização; convênio para assistência técnica e jurídica com Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), fundações, universidades e outros; parceria com moradores, proprietários e agentes envolvidos na regularização;
- Orientação Técnica para Construção e Reforma da Moradia Própria para assegurar às famílias de baixa renda orientação técnica pública e gratuita para o projeto de construção de habitações. Esta ação tem respaldo no direito social à moradia, previsto na Lei Federal nº 11888/2008. Será preciso criar um cadastro de profissionais de arquitetura, urbanismo e engenharia com comprovada experiência na assessoria técnica à população de baixa renda em processos autogestionários e fomentar a criação de programas de “residência” em Urbanismo, Arquitetura, Geografia e Engenharia nas universidades localizadas na região.